

CONTAS EXTERNAS

País terá de pagar US\$ 7,8 bilhões este mês

Conta do governo federal totaliza US\$ 3,3 bilhões e tem impacto negativo sobre as reservas internacionais

SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA – Os gastos do Brasil com o pagamento de juros e amortizações da dívida externa este mês chegam a US\$ 7,8 bilhões. São US\$ 5,4 bilhões em amortizações e mais US\$ 2,4 bilhões de juros referentes a dívidas dos setores público e privado. Isoladamente, a maior parte dos recursos – US\$ 3,3 bilhões – está sendo desembolsada pelo governo federal e tem impacto direto nas reservas internacionais.

“O mês é pesado”, afirmou o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), Daniel Gleizer, destacando, entretanto, que a carga de pagamentos deste mês não vai se repetir ao longo do ano. Segundo a análise de técnicos do BC, o volume de pagamentos de junho, que só foi superado pelos US\$ 9 bilhões de março, é decorrente da concentração de vencimentos de fim de semestre.

Perspectivas – Mesmo com o impacto dos pagamentos do governo federal sobre as reservas internacionais – que fecharam a última quinta-feira, dia 17, em US\$ 44,3 bilhões –, Gleizer disse que as perspectivas são boas.

A expectativa é que continue o ingresso de capital externo, movimento que foi recentemente retomado. Por isso, o diretor do BC

ênfaticamente que a situação é tão tranquila que permitiu ao governo pagar 30% do empréstimo de emergência tomado do Banco para Compensações Internacionais (BIS) e o Banco do Japão no fim do ano passado.

Pagamentos – Na última sexta-feira, o Banco Central fez o pagamento no total de US\$ 1,58 bilhões, sendo US\$ 1,36 bilhões em principal e mais US\$ 221,8 milhões em juros.

O diretor do BC descartou a hipótese de que o volume de pagamentos da dívida este mês tenha sido o fator responsável pela pressão do mercado de câmbio das últimas semanas, quando a cotação saiu de R\$ 1,61 e superou R\$ 1,78.

Segundo Gleizer, além da preocupação do mercado com o cenário externo, principalmente em relação aos juros nos Estados Unidos, a oscilação refletiu o movimento de entradas e saídas de recursos externos do País. “Estas operações não foram absolutamente casadas”, afirmou. Ele destacou, porém, que “o importante é deixar claro que estas movimentações são das novas regras do jogo”, referindo-se ao regime de câmbio flutuante.

Além do pagamento ao BIS e ao Banco do Japão, o governo federal ainda vai desembolsar, no fim do mês, US\$ 1,31 bilhão em amortiza-



José Paulo Lacerda/AE

Gleizer: situação tranquila, apesar da concentração de pagamentos

**INVESTIMENTO
DIRETO JÁ
CHEGA A US\$12
BILHÕES EM 99**

ção e outros US\$ 400 milhões em juros. Somente no pagamento dos papéis da dívida externa chamados de IDU (Interest Due Unpaid) serão gastos US\$ 826 milhões com principal e mais US\$ 110,4

milhões em juros.

Os IDU referem-se a juros que estavam atrasados e foram renegociados pelo embaixador Jório Dauster em 1992. Eles são considerados prebradies porque existiam antes da reestruturação feita em 1994, quando parte da dívida externa foi renegociada com desconto e transformada em sete bônus diferentes (os chamados “bradies”).

Ao Clube de Paris, que reúne as agências oficiais de crédito, serão pagos US\$ 557,3 milhões sendo US\$ 329,1 milhões de principal e US\$ 228,2 milhões em juros. Das dívidas contraídas pelos bônus da República serão amortizados US\$ 161,2 milhões e mais US\$ 60,8 milhões de juros.

Além dos pagamentos do governo federal, o restante dos gastos com dívida externa este mês – aproximadamente US\$ 4,5 bilhões – está dividido em dívidas do setor privado e dos governos regionais. De acordo com estimativas do mercado, os pagamentos do setor privado estão em torno de US\$ 2,66 bilhões.

Bônus – Entre janeiro e o último

dia 15, os investimentos diretos estrangeiros somaram US\$ 12 bilhões. Dados oficiais do Banco Central até maio indicam que entraram US\$ 10,7 bilhões em investimento direto e informações parciais apontam que mais US\$ 1,37 bilhão chegaram nos primeiros quinze dias de junho, indicando que o mês deve ter um resultado bem superior ao de maio, pois durante todo o mês passado o ingresso somou US\$ 1,4 bilhão.

Embora os ingressos de capital externo estejam praticamente retomados, principalmente no tocante aos recursos de médio e longo prazo, o diretor Daniel Gleizer assegurou que o governo mantém sua decisão de fazer mais um lançamento de bônus no exterior.

Ele insistiu que a nova colocação não tem qualquer relação com o desempenho das contas externas, como o déficit em transações correntes (operações de comércio e serviço que o País realiza com o exterior). “Nosso objetivo é criar referência para as empresas privadas”, afirmou Gleizer.

No momento, segundo ele, o mercado que desperta o maior interesse do setor privado é o do euro. A preocupação do governo, no entanto, é ter uma análise fiel daquele mercado para colocar um papel que tenha liquidez. Isso representa facilidade de negociação, o que evita que os investidores comprem o título e guardem na gaveta. Pois, desta forma, o objetivo maior do papel, que é a referência de preço, não seria atingido.

**BC MANTÉM
INTENÇÃO DE
LANÇAR MAIS
UM BÔNUS**